



ANEXO II
QUESTÃO SUBJETIVA GRADUAÇÃO DIREITO

Enunciado da questão:

João, pessoa idosa, foi informado pela autarquia previdenciária do deferimento de sua aposentadoria no valor de um salário mínimo. A comunicação orientava que o beneficiário deveria se dirigir ao Banco Azul para receber o cartão de saque do benefício. Após receber o cartão e realizar o primeiro saque, contudo, João percebeu que o valor depositado não coincidia com o valor do benefício.

Ao procurar o banco, este informou que o desconto mensal no valor de R\$350,00 (trezentos e cinquenta) reais se devia a um empréstimo realizado em nome de João. Como não reconhecia o empréstimo realizado e não recebeu qualquer quantia além do valor do benefício, João tentou, sem sucesso, solucionar o problema junto ao banco.

Em razão disso, João buscou a Defensoria Pública do Estado do Maranhão a fim de fazer cessar os descontos indevidos.

O Defensor Público responsável então encaminhou ofício ao banco solicitando esclarecimentos, tendo este, em resposta, encaminhado o contrato do empréstimo realizado. Realizada análise do documento, verificou-se que a assinatura apostada à avença não pertencia ao assistido. Assim, foi remetido outro ofício ao banco, desta feita contestando o empréstimo realizado e encaminhando documentos que comprovavam a irregularidade da assinatura.

A instituição financeira reconheceu o caráter fraudulento do empréstimo e realizou o devido cancelamento, contudo, se negou a ressarcir as parcelas já descontadas (três).

Diante da situação apresentada, confeccione a peça processual adequada, considerando a data de protocolo a data de hoje.

Mencione-se que, em razão dos descontos, João ficou impossibilitado de arcar com os medicamentos de uso contínuo de que necessita, deixando, ainda, de honrar com as despesas de água e energia da casa em que reside.





CRITÉRIOS DE CORREÇÃO	ESPELHO	PONT. MÁXIMA
Uso correto do vernáculo, concatenação de ideias, coesão e coerência na escrita	-	2,5pt
Indicação do juízo competente	AO JUÍZO DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE _____ DO ESTADO DO MARANHÃO	0,25pt
Identificação do nome da peça	AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS	0,5pt
Identificação das partes	Autor(a): JOÃO, estado civil/existência de união estável, profissão, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, endereço eletrônico, domicílio Ré(u): BANCO AZUL, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ xxx, endereço eletrônico, endereço comercial.	0,25pt
Resumo dos fatos	-	0,25pt
Identificação dos fundamentos jurídicos e/ou outros requisitos específicos, com dispositivos legais	Ar. 182, Código Civil Súmula 479, Superior Tribunal de Justiça Art. 14, Código de Defesa do Consumidor Art. 42, parágrafo único, Código de Defesa do Consumidor Art. 6º, VI, Código de Defesa do Consumidor Art. 14, Código de Defesa do Consumidor	0,5pt
Identificação dos pedidos e/ou requerimentos	1 - A Concessão dos benefícios da justiça gratuita; 2 - A designação de audiência de tentativa de conciliação, de forma híbrida, para a qual se requer a intimação pessoal da parte autora, nos termos do artigo 186, § 6º, do CPC, citando-se ainda os réus para, não havendo autocomposição, oferecerem contestação, sob pena de revelia; 3 - A inversão do ônus da prova a favor da parte autora, nos termos do artigo 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90;	0,5pt





Defensoria Pública do Estado do Maranhão

	<p>4 - a procedência dos pedidos, para:</p> <p>a) condenar o requerido à restituição, em dobro, de todos os valores já descontados indevidamente do benefício previdenciário da parte Requerente, cujo montante é de R\$2.100,00 (dois mil e cem reais), a título de danos materiais. Alternativamente, que seja determinada a devolução simples das parcelas descontadas do benefício do autor;</p> <p>b) condenar o demandado a reparar os danos morais sofridos pela parte autora, no valor de xxx.</p>	
Fechamento	<p>Dá-se à causa o valor de xxx (xxx reais).</p> <p>São Luís (MA), 16 de junho de 2024.</p>	0,25pt
TOTAL		5,0pt

